

	Normas de Autoridade Técnica NAT 04.04.07	Exemplar nº
		Pág. 1 de 4
		25JAN2022
Assunto:	DIREITO DE REGRESSO DAS DESPESAS SUPORTADAS PELO EXÉRCITO RESULTANTES DE ACIDENTE CUJA RESPONSABILIDADE SEJA ATRIBUÍDA A TERCEIROS	
Referência (s):	<ul style="list-style-type: none">a) Lei n.º 98/2009, de 4Set – Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais;b) Decreto-Lei n.º 503/99, de 20Nov - Regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública;c) Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23Set – Regime Jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas;d) Portaria n.º 1034/2009, de 11Set – Regulamenta a assistência em caso de acidente de serviço e doença profissional aos beneficiários titulares da ADM.	

1. GENERALIDADES

- a. De acordo com os regimes legais em referência, a entidade empregadora é responsável pela reparação dos danos emergentes em consequência de acidente.
- b. Os acidentes qualificados como sendo em serviço conferem ao sinistrado o direito de reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos causados, bem como o ressarcimento das despesas suportadas, conforme a NAT 04.04.04 - Ressarcimento das despesas resultantes de acidente ou doença em serviço e de doença profissional.
- c. Contudo, não obstante a responsabilidade da reparação pertencer à entidade empregadora, *“Os serviços e organismos que tenham pago aos trabalhadores ao seu serviço quaisquer prestações previstas no presente diploma têm direito de regresso, contra terceiro civilmente responsável pelo acidente ou doença profissional, incluindo seguradoras, relativamente às quantias pagas”*, ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20Nov.
- d. O direito de regresso abrange, *“(…) as quantias pagas a título de assistência médica, remuneração, pensão e outras prestações de carácter remuneratório respeitantes ao período de incapacidade para o trabalho”*, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 46.º do mesmo diploma legal.

2. FINALIDADE

Estabelecer a tramitação e a constituição do Processo de Direito de Regresso (PDR), decorrente de acidente, cuja responsabilidade civil na sua produção recaia sobre entidade terceira.

CmdPess	NAT 04.04.07	Pág. 2 de 4
---------	--------------	-------------

3. ÂMBITO

A presente Norma de Autoridade Técnica (NAT) aplica-se a todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército, nas situações em que os militares e trabalhadores civis sejam vítimas de acidente provocado por terceiros.

4. EXECUÇÃO

a. Conceito

- (1) O acidente pode provocar danos e lesões corporais que, pela sua gravidade, poderão desencadear incapacidade e/ou absentismo para o trabalho.
- (2) Mesmo nas situações em que o acidente é qualificado como não tendo relação com o serviço, poderá, também, acarretar despesas para o Exército, em resultado da ausência do sinistrado para o trabalho (prestações remuneratórias) e da reparação dos danos com recurso ao Serviço de Saúde Militar.
- (3) Havendo responsabilidade civil atribuída a terceiro na produção do acidente, independentemente deste ter sido qualificado como sendo ou não em serviço, cabe ao Exército exercer o direito de regresso sobre as despesas tidas, relacionadas com a ausência do sinistrado ao trabalho, bem como sobre as despesas suportadas na reparação dos danos emergentes do acidente.

b. Constituição do Processo de Direito de Regresso

Sempre que na instrução dos Processos de Averiguações por Acidente ou Doença (PAAD) resulte comprovada a responsabilidade de terceiros na produção do acidente, confirmada no despacho de qualificação proferido pela entidade competente, deve ser elaborado um PDR com os documentos que a seguir se indicam:

(1) Capa

Na capa deve constar:

- (a) Menção de PDR;
- (b) Indicação do n.º do PAA/D respetivo;
- (c) Identificação do sinistrado;
- (d) Período a que diz respeito.

(2) Cópia do despacho de qualificação do acidente.

(3) Proposta de Declaração de Despesas, conforme modelo e instruções de preenchimento em Anexo.

(4) Documentos justificativos dos períodos de incapacidade ou ausência ao serviço motivados diretamente pelo acidente, nomeadamente Certificados de Incapacidade Temporária, internamentos, despachos de convalescença no domicílio, extratos da ordem de serviço, etc. Não são de considerar as dispensas

CmdPess	NAT 04.04.07	Pág. 3 de 4
---------	--------------	-------------

de exercícios físicos, serviços, formaturas, porquanto o militar poderá desempenhar outras funções.

- (5) Cópia dos boletins de vencimento do sinistrado referentes aos períodos de ausência ao trabalho.
- (6) Originais dos documentos de despesa relacionados com a reparação dos danos, já tratadas e ressarcidas, ao abrigo da NAT 04.04.04 - Ressarcimento das despesas resultantes de acidente ou doença em serviço e de doença profissional.
- (7) Documentação comprovativa das eventuais comunicações havidas entre a U/E/O e a entidade terceira, com vista ao apuramento ou reconhecimento da responsabilidade na produção do acidente.
- (8) Na situação de acidente de viação deve, ainda, ser junto ao processo, um documento comprovativo do reconhecimento da responsabilidade por parte da entidade terceira. Caso não exista, devem ser juntas cópias da participação da entidade policial ou Polícia do Exército, da Declaração Amigável e do despacho decisório do PDAV. Na ausência destes documentos, deverá ser comprovada a matrícula e a existência de seguro da viatura terceira.

c. Tramitação dos Processos de Direto de Regresso

A tramitação dos PDR tem os seguinte passos:

- (1) U/E/O
 - (a) Elabora o respetivo PDR e junta uma cópia do mesmo ao PAA/D;
 - (b) Envia o PDR à Direção de Serviços de Pessoal (DSP), quando cessa o período de incapacidade/ausência (reembolso parcial) ou após a obtenção da alta (reembolso total), devendo a tramitação processual ocorrer, sempre que possível, dentro do mesmo ano civil.
- (2) Repartição de Justiça e Disciplina/DSP
 - (a) Analisa o PDR remete à UnAp/CmdPess, a Declaração de Despesas consolidada e informada;
 - (b) Obtido o competente despacho
 - (1) Se a entidade (coletiva ou individual) assumir a responsabilidade pela produção do acidente, envia o PDR para a entidade terceira, indicando o NIB/IBAN da UnAp/CmdPess e o NIF do Exército, dando conhecimento à U/E/O e à UnAp/CmdPess;
 - (2) Se a entidade (individual ou coletiva) não assumir a responsabilidade pela produção do acidente, remete o PDR ao GabCEME, para análise e ulteriores diligências.

CmdPess	NAT 04.04.07	Pág. 4 de 4
---------	--------------	-------------

(3) UnAp/CmdPess

Quando detetar o recebimento do pagamento objeto da presente NAT, dá conhecimento à U/E/O e à RJD/DSP, efetuando o tratamento contabilístico da receita.

5. INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO

- a. A presente NAT não se aplica às situações de reparação de danos materiais em viaturas e outros em consequência de acidentes de viação que envolvam viaturas militares, nem às situações de responsabilidade repartida.
- b. As situações excecionais não previstas na presente NAT devem ser submetidas ao Comando do Pessoal, para apreciação.
- c. Ao Comando do Pessoal, através da DSP, é reservado o direito de solicitar a realização de quaisquer diligências para garantir a correta tramitação.
- d. A presente NAT entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação e aplica-se aos acidentes ocorridos após essa data, bem como aos acidentes ocorridos até um ano antes.

O Ajudante-General do Exército

Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão
Tenente-General


Autenticação
O Diretor da Direção de Serviços de Pessoal

António Manuel de Almeida Domingues Varregoso
Brigadeiro-General

Anexo A: Declaração de Despesas

DISTRIBUIÇÃO: Conforme **Lista Bravo** da NAT 00.01

(RESERVADO)

	NAT 04.04.07 Anexo A	Exemplar nº
		Pág. 1 de 2
		25JAN2022
Assunto:	DECLARAÇÃO DE DESPESAS	

1. O presente Anexo deverá ser ajustado a cada situação em concreto.
2. As U/E/O preenchem com os dados, de que tenham conhecimento, referentes ao sinistrado, despesas e ocorrência.
3. Para efeitos de cálculo das prestações remuneratórias, a U/E/O solicita à RAb/DSP os boletins de vencimento e a indicação do montante diário. Deve igualmente esclarecer qual o regime social aplicável e o montante efetivamente pago respeitante ao período de incapacidade/ausência. Na posse desses elementos, e em função do n.º de dias de ausência, a U/E/O procede ao respetivo cálculo.
4. A Declaração, elaborada pelas U/E/O, constitui uma proposta, que será depois consolidada e despachada pela entidade com competência para o efeito.

S.R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO
COMANDO DO PESSOAL
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL

DECLARAÇÃO DE DESPESAS

No âmbito do acidente ocorrido em (GDH) ..., na localidade de ..., em que foi sinistrado o ... (posto, NIM e nome), com intervenção da viatura matrícula ... com a apólice n.º ... segurada nessa Seguradora, corre seus termos o processo de ... (acidente n.º ... [da seguradora] / averiguações por acidente n.º ... no ... [U/E/O]).

A responsabilidade na produção do acidente incumbe à ... conforme ... (mencionar documento).

Para efeitos de apresentação na entidade ... (nome da entidade), e ao abrigo do direito conferido pelos números 1 e 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, que define o regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública, declara-se que:

1. O Exército pagou ao sinistrado, durante o período de incapacidade/ausência para o trabalho, a título de prestações pecuniárias, o montante de apurado em função do seguinte:
 - Vencimento mensal de, a que corresponde o vencimento diário de ...;
 - Número de dias de incapacidade/ausência por motivo do acidente:
2. O Exército pagou ao sinistrado, despesas com a reparação dos danos emergentes, conforme o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, no montante de ..., conforme documentos anexos.

CmdPess	Anexo A à NAT 04.04.07	Pág. 2 de 2
---------	------------------------	-------------

3. O Exército assumiu despesas no montante de ..., conforme documentos anexos, referentes a ... (discriminar, p. ex. na reparação de..., no transporte de ..., decorrentes de atos médicos e tratamentos efetuados pelo Serviço de Saúde Militar ...).
4. Importa assim a presente Declaração num montante global de ...
5. O pagamento deve ser efetuado para a conta NIB ... pertença da Unidade de Apoio do Comando do Pessoal, com o NIF 600021610.

Vila Nova de Gaia, ... de ... de ...

O DIRETOR DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL

(Assinatura e selo branco)

Anexos: (listar os documentos que acompanham a Declaração)

O Ajudante-General do Exército

Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão
Tenente-General

Autenticação

O Diretor da Direção de Serviços de Pessoal

António Manuel de Almeida Domingues Varregoso
Brigadeiro-General

Distribuição: Com a NAT 04.04.07